

Outros olhares de fazer cidade e produzir cidadania

Lucas Vezedek

TONUCCI, Francesco. *A cidade das crianças: uma nova forma de pensar a cidade*. Tradução de Margarida Periquito. Matosinhos, Portugal: Faktoria K, 2019. 340 p.

*A gente queria desver o mundo
para encontrar nas palavras
novas coisas de ver...*

175

Manoel de Barros

O educador e psicopedagogo italiano Francesco Tonucci (Frato), em 1996, publicou a obra *La città dei bambini: un modo nuovo di pensare la città*, ainda inédita no Brasil. As proposições que ele apresenta provocam uma reflexão crítica das nossas práticas cotidianas de fazer a cidade e de produzir cidadania e elegem a criança como centralidade de um intento revolucionário.

A base da argumentação empreendida por Tonucci é a de que outra cidade é necessária e possível, no sentido de uma produção de vida com qualidade e sustentabilidade, de uma experiência efetivamente cidadã para todas as pessoas no ecossistema urbano. Para tanto, o autor defende que, somente garantindo a participação das crianças na construção dessa pólis e reconhecendo sua centralidade no processo democrático da vida em comunidade, alcançaremos uma transformação dos modos de vida em sociedade tão massivamente esvaziados de humanidade no momento presente.

Francesco Tonucci nos apresenta uma obra inteligente e de escrita generosamente simples, revelando ideias potentes, propostas provocadoras e relatos de experiências de audaciosa concretude. As três partes do livro – *O Projecto*, *As*

Propostas e As Experiências –, contemplam a intenção explícita do autor em provocar nossas inteligências para uma alteração radical do nosso olhar sobre as crianças, as cidades e o nosso presente-passado-futuro em sociedade. Tonucci, ainda no preâmbulo, reitera a escrita da obra como um processo estratégico para o debate sobre outras iniciativas de pensar um espaço público mais democrático. Além disso, no apêndice, reproduz o texto fundamental da Convenção Internacional dos Direitos da Criança (1989); apresenta uma carta aberta aos cidadãos de Fano, na Itália, “a cidade das crianças”, palco principal de suas intervenções; e recupera o texto vanguardista de Lewis Mumford, “A planificação para as diversas fases da vida”, publicado na revista *Urbanistica*, em 1945, amplamente discutido ao longo do livro.

Em um prefácio epistolar, o notório filósofo Norberto Bobbio é preciso ao enfatizar “que o livro é um contínuo elogio à fantasia, à criatividade, à liberdade, à inteligência, à espontaneidade, à extraordinária riqueza de ideias e de sentimentos que é o mundo das crianças” (p. 33). Cabe destacar, na edição portuguesa, o prefácio do professor doutor Antón Costa Rico, que detalha aspectos biográficos de Francesco Tonucci e também contextualiza historicamente a vasta produção e as contribuições do autor.

O Projecto (p. 41-80)

A primeira parte do livro é a mais robusta e concentra as bases do projeto político de vida para o ecossistema urbano proposto por Tonucci com base em suas experiências como educador e pesquisador na cidade de Fano. O projeto em questão põe, de maneira radical, a centralidade do debate político sobre o direito à cidade nas crianças, a fim de pensar e propor outros modos de fazer cidade e produzir uma experiência efetiva de cidadania para todas as pessoas. Nesse sentido, Tonucci empreende um esforço significativo para contextualizar e analisar o mal-estar na vida social no ecossistema urbano, que, segundo ele, “tornou-se hostil para os seus próprios habitantes, desprovida de solidariedade e de acolhimento” (p. 55).

Tonucci analisa o processo de transformação da cidade mediante a ótica do desenvolvimento econômico, na qual a agenda do grande capital passa a compartimentar e dividir territórios numa lógica centro *versus* periferia. Esse processo gera uma segregação socioespacial denominada de gentrificação.¹ Nesse ponto, Tonucci destaca que essa cidade entregue à especulação imobiliária, focada numa política de serviços centralizados, acaba por segregar, em regiões periféricas, as populações socialmente vulneráveis. Soma-se a isso o crescimento não planejado dessas regiões, a produção de cenas de violência, a precariedade e negação de direitos em uma periferia que, para o autor, desenvolve-se sem o mínimo de estrutura e equipamentos públicos e culturais “sem praças, sem espaços verdes, sem monumentos” (p. 43).

¹ “O termo refere-se a processos de mudança das paisagens urbanas, aos usos e significados de zonas antigas e/ou populares das cidades que apresentam sinais de degradação física, passando a atrair moradores de rendas mais elevadas. Os ‘gentrificadores’ (*gentrifiers*) mudam-se gradualmente para tais locais, cativados por algumas de suas características - arquitetura das construções, diversidade dos modos de vida, infraestrutura, oferta de equipamentos culturais e históricos, localização central ou privilegiada, baixo custo em relação a outros bairros [...]”. (Alcântara, 2018).

Trata-se aqui de observar o impacto dessas mudanças na produção das subjetividades humanas, que passam a ser profundamente atravessadas por valores capitalistas, os quais acabam por ditar novos critérios de desenvolvimento, como a separação e especialização dos espaços e das competências, o que tem como consequência a imposição de lugares para cada diferença inerente às dimensões da vida, seja econômica, de gênero, educacional, e, sobretudo, geracional. Em outras palavras, os territórios específicos e limitados a serem ocupados por crianças, velhos, e assim por diante. Tonucci denuncia o quanto essa especialização produz uma cidade sem vida, a qual renuncia à sua característica fundamental, que é a da partilha e da convivência comunitária, da cidade como espaço da alteridade.

Tonucci se utiliza de situações cotidianas, como as da família e da casa, para demonstrar de que modo as experiências de nascimento e morte, por exemplo, são deslocadas desses contextos e passam a encerrar um destino de rotina sem variações, impossibilitando a vivência de experiências significativas, desafiadoras, que viabilizam o desenvolvimento de estratégias individuais e coletivas de cuidado. Ao analisar as transformações do espaço da casa e suas reverberações nos modos de subjetivação, o autor põe em evidência a lógica adultocêntrica, que restringe os espaços de socialização e de convivência de crianças e velhos, os quais passam a ser prisioneiros de espaços apertados, varandas e pátios, espaços fictícios que sacrificam as potencialidades lúdicas da experiência infantojuvenil e do direito ao brincar e à convivência familiar e comunitária.

Francesco Tonucci aponta a lógica da separação e da especialização dos espaços como uma tendência dominante no ecossistema urbano, que cria serviços e estruturas independentes e autossuficientes. Nesse sentido, o autor aborda a questão da política dos serviços, tida como uma resposta ao desconforto e à degradação dos ambientes urbanos, como um equívoco. Ele analisa, assim, o mal-estar, as rupturas, os distanciamentos causados pela lógica da separação que impacta sobremaneira a vida, os afetos e a história das pessoas, impondo o desencontro e impedindo a comunicação e a convivência familiar e comunitária. De acordo com Tonucci, essa lógica de especialização, ao visar à qualificação dos serviços para compensar a separação dos espaços, prejudica as crianças e os velhos, justamente por serem grupos etários historicamente tratados como passíveis de tutela e controle. Para o autor, é esse movimento que coloca em marcha uma operação que aponta para a perda da esperança e para a resignação, como se a cidade já fosse dada como perdida, sendo que “os serviços ajudam a suportá-la, sem esperar alterá-la” (p. 50).

Numa situação urbana que se coloca difícil para todos, é a criança a mais onerada, uma vez que “os serviços, pensados para os adultos, não são bons para a criança” (p. 51). Exemplo disso são os parques infantis, que são idealizados pelos adultos para os adultos, apesar de terem as crianças como destinatárias. Tonucci empreende uma análise criteriosa, com vistas a denunciar a artificialidade dos parques infantis, no alto de sua padronização intencional, que os concebe como espaços planos, cercados e que impedem o brincar livre, como o esconde-esconde, parte importante das brincadeiras das crianças. São, assim, segundo ele, espaços projetados para permitir a vigilância dos adultos, que determinam e limitam a

diversidade das brincadeiras. O autor considera a estereotipia dos parques infantis uma representação da lógica de controle adultocêntrica, juntamente aos demais serviços para a infância, que são geralmente pensados para responder às necessidades dos adultos, como as creches e a pré-escola.

Tonucci chama a atenção para o quanto nos acostumamos com soluções que oneram as crianças e parecemos não querer admitir outras possibilidades, nem sequer pensar a esse respeito. Podemos mencionar, como exemplo, a flexibilização dos contratos de trabalho dos adultos que constituem família com crianças em idade de escolarização. Com base nisso, o autor desenha indagações pertinentes: existiriam outras vias nas quais uma vida significativa seja possível? Há soluções que não apontem para saídas individualistas e privadas, que tendem a transformar a casa em uma fortaleza que demanda de nós uma defesa do mundo social? Existem outros arranjos que não se fundem no imperativo da compra de uma ideia de segurança que justifique o cerceamento da liberdade e do convívio social? Caminhos que não levem ao abandono da cidade? São questionamentos para os quais Francesco Tonucci tenta nos sensibilizar, pois entende que “a cidade abandonada torna-se ainda mais perigosa, mais agressiva e desumana” (p. 57).

Nesse caminho, Tonucci eleva a participação social e política como uma via de solução possível e contrária ao discurso de defesa de projetos urbanos individualistas e excludentes, que, para ele, constituem assimetrias sociais absurdas, em nome de um discurso de progresso. Dessa forma, o autor aponta os desafios de tal intento, visto que essa solução requer uma mudança estrutural que não necessariamente implique retrocessos e reduções simplórias de questões tão caras que nos permitam “seguir em frente de forma diversa, nova, adequada à complexidade e à riqueza do mundo de hoje, mas sem renunciar à sociabilidade, à solidariedade, à felicidade” (p. 59).

Tonucci delata o quanto a cidade é pensada, projetada e avaliada, assumindo como parâmetro o padrão de um cidadão médio com as características de um “adulto, masculino e trabalhador, e que corresponda ao eleitor forte” (p. 59). Desse modo, para o autor, as pessoas que não comungam de tais características seriam consideradas cidadãs de segunda categoria, com menos direitos ou sem eles. Nessa perspectiva, assumir a criança como parâmetro em lugar desse dito cidadão médio padrão é, para Tonucci, modificar, atualizar e melhorar os serviços para a infância, sendo essa uma responsabilidade da administração pública. Diferentemente de criar oportunidades e estruturas novas para as crianças ou de apenas defender seus direitos, trata-se aqui de “baixar o ponto de vista da administração até à altura da criança, para não perder ninguém” (p. 61), de aceitar a diferença que a criança traz consigo como uma garantia de todas as diversidades. Assim, o autor defende um dos seus principais argumentos ao afirmar que, “quando a cidade estiver mais adaptada às crianças, estará mais adaptada a todos” (p. 60).

A escolha pela criança como parâmetro tem motivações psicológicas e sociológicas precisas, assim como antecedentes históricos importantes, elevado sentido moral e um peso político considerável. Tendo isso em vista, o autor elenca alguns argumentos que visam sustentar sua proposta. Primeiro, a capacidade

inventiva da criança e a importância da brincadeira para o desenvolvimento e a experiência de aprendizagem e prazer, sendo que, para Tonucci, “a criança, através da brincadeira, vive uma experiência rara na vida [...], a de se confrontar sozinha com a complexidade do mundo” (p. 64). Ele menciona os estudos de Lewis Mumford e Joseph K. Hart, de 1945, para sustentar a afirmação de que as cidades se esqueceram das crianças e são pensadas e projetadas para adultos produtivos, sendo que mulheres, jovens e velhos também são deixados de lado. Com isso, Tonucci busca denunciar os perigos do isolamento nas grandes cidades em contraponto ao direito à solidão e ao recolhimento.

Assim, Tonucci adentra o tema da solidão das crianças relacionado a mudanças sociais e históricas importantes: de um lado, uma onda de reconhecimento da criança como sujeito de direitos; de outro, a mudança cultural em relação ao controle de natalidade e à cultura do filho(a) único(a), reservadas aqui as diferenças entre as classes sociais mais abastadas e as mais pobres. Sobre isso, o educador italiano destaca, ainda, a clausura das crianças no ambiente da casa, que se funda no discurso supervalorizado da segurança, bem como a exposição delas à tv e aos meios de comunicação de massa, o que reitera e fortalece a cultura do consumismo exacerbado.

Em outro ponto, Tonucci expõe a negação, às crianças, do direito ao presente, ao hoje, considerando que estas são sempre tratadas como menores, como valendo por aquilo que virão a ser, pelo que ainda podem se tornar e não por aquilo que são. O problema que se coloca aqui, então, seria tratar a criança como um futuro cidadão, negando no presente sua cidadania. Essa condição de menor, segundo Tonucci, expõe a criança a riscos consideráveis de controle, tutela e violação de direitos, pois tem como consequência a emergência de um discurso de vigilância contínua frente ao medo e à probabilidade de alguma violência se concretizar. Em resposta a esse cenário, Tonucci propõe explicitamente que o bem-estar, a participação e a partilha sejam o foco das intervenções imediatas e não a violência em si, uma vez que ele acredita que a segurança das crianças é uma “consequência da confiança que os adultos souberem reconhecer aos seus filhos, e não do medo e da defesa” (p. 76). Além disso, para o autor, reconhecer à criança o *status* de cidadã significa abandonar de vez a concepção menorista, que, entre outras coisas, limita e restringe a autonomia e a liberdade das crianças.

Por fim, Tonucci parte em defesa das potencialidades da criança, destacando o quanto elas são nosso passado, presente e futuro, tendo, assim, uma faculdade inerente de mobilizar e gerar identificação, algo fundamental para a efetivação da proposta de pensar outra cidade, o que implica alterar radicalmente comportamentos e hábitos individuais e coletivos. Para o autor, a criança é mais forte, também, por não ser facilmente corruptível no que se refere à inventividade necessária para se pensar soluções e caminhos para o desafio da vida partilhada nos ambientes urbanos. Nesse sentido, seria justamente por não terem historicamente participado das decisões da vida comunitária, por não terem tido suas necessidades acolhidas, que as crianças carregam a possibilidade de uma mudança significativa de paradigma. Trata-se aqui, reitera Tonucci, de um projeto revolucionário para seguir em frente, em virtude de, “se escolhermos a criança como novo parâmetro da mudança, teremos

de seguir um caminho completamente novo, para o qual os velhos equilíbrios e os velhos compromissos já não serão válidos” (p. 79).

As Propostas (p. 85-177)

Na segunda parte do livro são apresentadas as vias pelas quais o projeto de uma cidade das crianças se mostra possível. A primeira delas, e já em curso na cidade de Fano, é a da instituição do que Francesco Tonucci nomina de *Laboratório dedicado à elaboração e ao desenvolvimento do projecto “a cidade das crianças”* (p. 85). O autor utiliza como alegoria o personagem criado pelo escritor italiano Carlo Collodi, o “grilo falante”, como uma forma de evocar a função prioritária do laboratório em questão, de se posicionar como uma espécie de consciência do poder público municipal, que se atenta para todas as intervenções que venham a se distanciar da priorização das crianças na elaboração e revisão das políticas públicas. Tonucci evidencia o quanto essa função é incômoda e põe o laboratório em um “conflito permanente” (p. 86), apesar de proporcionar uma riqueza de estímulos e um debate político de alto nível num plano real e concreto. Há um destaque aqui para o fato de o laboratório exercer “uma função educativa em relação aos governantes e aos cidadãos” (p. 86). Nesse sentido, Tonucci amplia esse escopo e nos provoca ao afirmar que o laboratório “deverá ajudar os adultos a reconhecerem as crianças, as suas necessidades, os seus direitos; e, também, a ouvi-las e a compreendê-las” (p. 86). Da ótica do autor, a proposta em questão não deve significar mais despesas, e, sim, um gasto mais eficiente dos recursos já disponíveis, no sentido de utilizar o “orçamento normal de modo diferente, não para coisas novas, mas sim para realizar as que já estavam previstas, dentro de uma nova perspectiva” (p. 87).

Tonucci detalha algumas resoluções que considera fundamentais para caracterizar as propostas para uma cidade das crianças, dentre as quais se pode destacar:

- 1) a atribuição do papel de protagonistas às crianças, permitindo que expressem suas opiniões e a garantia de que sejam ouvidas, compreendidas e acolhidas;
- 2) a instituição de um conselho formado por crianças, para que elas possam ter a oportunidade de expor seus pontos de vista e pensamentos sobre as questões da cidade, tendo o apoio dos adultos quanto à atenção para suas especificidades, considerando suas potencialidades e possíveis dificuldades;
- 3) a participação das crianças no processo de projeção e planejamento dos espaços urbanos, possibilitando que suas ideias, propostas e soluções para problemas urbanísticos sejam consideradas e acolhidas pelos adultos, tendo em vista a necessidade de formação desses profissionais para o trabalho em colaboração com as crianças;
- 4) o desenvolvimento nos adultos de uma nova sensibilidade, com base em experiências e projetos diversos que contem com a participação das crianças;

- 5) a construção de situações e contextos os quais possibilitem a saída das crianças sozinhas de casa, o que fortalece a autonomia e salvaguarda delas do direito de ir e vir, de circular pelos espaços comuns e explorar o mundo real, vivendo experiências pessoais que demandem ou não solução de problemas e superação de dificuldades;
- 6) a criança como um sensível indicador ambiental em relação à cidade, sendo um indicativo de saúde do ambiente urbano o fato de ela conseguir brincar e passear sozinha pela cidade;
- 7) encontrar novos aliados das crianças, a exemplo dos velhos, das polícias, dos lojistas/comerciantes, o que garante o direito à convivência familiar, geracional e comunitária;
- 8) promover adaptações do ambiente urbano, gerando mais autonomia, segurança, identificação com a cidade, mobilidade e ocupação dos espaços públicos, como ruas, praças e equipamentos culturais, de modo a “devolver às nossas ruas o seu papel social, como lugar público do encontro, do passeio, da brincadeira” (p. 153); e
- 9) adaptar as escolas às necessidades das crianças e fortalecer a experiência democrática fundamentada em vivências concretas de participação na construção e modificação dos espaços educativos formais e não convencionais, como os espaços de convivência, os projetos sociais e a própria rua.

Assim, produzindo e reforçando a cidadania em uma cidade mais sustentável, onde todas as crianças possam ter, de modo equânime, o sentimento de “contar e ter influência nas decisões” (p. 174).

As Experiências (p. 185-290)

Finalmente, na terceira parte da obra, Tonucci propõe uma análise cuidadosa das práticas cotidianas que ousaram experimentar outros modos de fazer cidade, tendo as crianças como medida. O autor retoma todas as argumentações descritas anteriormente, de modo a expor cada experiência que motivou a escrita e publicação do livro. Essa seção é utilizada para detalhar as propostas, atividades e iniciativas já apresentadas nas duas primeiras partes do livro, algo de natureza didática e estratégica em termos metodológicos, uma vez que Tonucci se interessa em comprovar a perspectiva de replicabilidade dessa experiência em outros contextos urbanos. O conteúdo é organizado e apontado por meio de fichas, consideradas por ele um “testemunho modesto, mas otimista, da possibilidade de realização do projecto” (p. 185).

Vale destacar que a maioria das experiências descritas nessa parte da obra, como já enfatizado pelo autor no decorrer do livro, advém do Laboratório de Fano, instituído em 1991. Tonucci chama atenção para o fato de que, apesar de se tratar

de um local pequeno, a Cidade das Crianças, em Fano, encontrou igualmente complexos desafios que poderiam ser observados em cidades de maior porte.

A cidade das crianças: uma nova forma de pensar a cidade é um livro que concentra argumentações necessárias e atuais para as discussões sobre sustentabilidade e salvaguarda de direitos humanos básicos, incluindo especificidades como o direito à provisão, proteção e participação das crianças. Nesse sentido, a alteridade das crianças é tomada como uma referência fundamental para se pensar o direito à cidade. Pode-se considerar que Francesco Tonucci, o Frato, alcança com esse livro o objetivo de apresentar detalhadamente as bases de um projeto político de sociedade, implicado com um desenvolvimento social sustentável, e o faz com base no relato de experiências concretas e exitosas.

Há de se ter em vista o compromisso do autor em não menosprezar a complexidade de suas proposições, que demandam, assim, um esforço individual e coletivo de pessoas e instituições. Nessa perspectiva, Tonucci demonstra a aplicabilidade de um projeto de sociedade que demanda uma alteração radical de um paradigma adultocêntrico para uma cultura de respeito pela criança cidadã, reconhecida como sujeito de direitos, que deve ser respeitada tanto em suas vulnerabilidades como, também, em suas competências. Reconhecer e eleger a criança como prioridade nos modos de fazer a cidade e de produzir cidadania é valorizar suas culturas e seus modos específicos de ver e dar sentido ao mundo. Ao assumir esse posicionamento ético-político, podemos nos considerar parte da comunidade de “infencialistas”, como defende a professora e pesquisadora Juliana Prates Santana (2022), em seu manifesto a favor da cultura da infância.

Nesse livro, Francesco Tonucci nos oferece todos os indícios de que “a cidade das crianças é uma utopia concreta, uma utopia sustentável” (p. 180) pela qual vale a pena lutar, uma vez que, para assumir a criança como justa medida em benefício comum de todas as pessoas, é preciso compreender verdadeiramente que “a cidade das crianças não é um projecto para as crianças, mas para a cidade” (p. 180), na expectativa de que olhares diferentes podem, genuinamente, ver coisas diferentes, como nos ensina *Menino do mato*, de Manoel de Barros.

Trata-se aqui de uma obra que se destina não só a pesquisadores(as) das infâncias, da educação, dos direitos humanos e do direito à cidade, como, também, a todas as pessoas que se interessem pela produção de uma vida comunitária que seja democrática, sustentável e comprometida com o bem-estar social.

Referências bibliográficas

ALCÂNTARA, M. F. Gentrificação. In: ENCICLOPÉDIA de Antropologia. São Paulo, 2018. Disponível em: <http://ea.fflch.usp.br/conceito/gentrificacao>. Acesso em: 29 ago. 2023.

BARROS, M. *Menino do mato*. Rio de Janeiro: Alfaguara, 2015. Disponível em: https://img.travessa.com.br/capitulo/ALFAGUARA/MENINO_DO_MATO-9788579624087.pdf. Acesso em: 16 nov. 2023.

MUMFORD, L. La pianificazione per le diverse fasi della vita. *Urbanistica*, Istituto Nazionale di Urbanistica, [Roma, Italia], n. 1, p. 7-11, 1945.

SANTANA, J. P. Um manifesto a favor da cultura da infância. In: LUNETAS: múltiplos olhares sobre as múltiplas infâncias. [São Paulo], 2022. Disponível em: <https://lunetas.com.br/manifesto-cultura-da-infancia/>. Acesso em: 29 ago. 2023.

Lucas Vezedek, mestre em Psicologia do Desenvolvimento pelo Programa de Pós-Graduação de Psicologia da Universidade Federal da Bahia (PPGPSI/UFBA), é psicólogo e integrante do Grupo de Estudos Interdisciplinares Infâncias, Crianças e Contextos (GEIC/UFBA).

lucas.vezedek@gmail.com

Recebido em 5 de julho de 2023

Aprovado em 31 de agosto de 2023